



EDITAL N° 004/2017 – MUNICÍPIO DE GURUPI-TO / COPESE

CONCURSO PARA A PREFEITURA DE GURUPI – PROCURADOR MUNICIPAL 2016

1.1. O **MUNICÍPIO DE GURUPI – ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Ministério da Fazenda sob o n.º **01.803.618/0001-52**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **Laurez da Rocha Moreira**, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do edital de abertura n° 001/2016 de 06 de outubro de 2016, referente à realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para os cargos públicos efetivos de nível superior da Procuradoria Geral do Município, de acordo com os termos a seguir.

1. DA RETIFICAÇÃO

1.1. No **ANEXO III (CONTEÚDO PROGRAMÁTICO / OBJETOS DE AVALIAÇÃO)**, onde se lê:

1. NÍVEL SUPERIOR

[...]

1.4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

[...]

1.4.7. DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO CIVIL: **1.** Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço; **2.** Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência; **3.** Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações; sociedades, fundações; desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade. **4.** Bens: diferentes classes; **5.** Ato jurídico: fato e ato jurídico; **6.** Negócio jurídico: disposições gerais; classificação, interpretação; elementos; representação, condição; termo; encargo; defeitos do negócio jurídico; validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico; simulação; **7.** Atos jurídicos: lícitos e ilícitos; **8.** Prescrição e decadência; **9.** Prova; **10.** Obrigações: características; obrigações de dar; obrigações de fazer e de não fazer; obrigações alternativas; obrigações divisíveis e indivisíveis; obrigações solidárias; obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia; obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais; obrigações líquidas e ilíquidas; obrigações principais e acessórias; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento das obrigações; **11.** Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil; **12.** Atos unilaterais; **13.** Títulos de crédito: disposições gerais; títulos ao portador, a ordem e nominativos; **14.** Responsabilidade civil; **15.** Preferências e privilégios creditórios; **16.** Empresário; **17.** Direito de empresa: estabelecimento; **18.** Posse; **19.** Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; direito do promitente comprador; **20.** Direitos reais de garantia; **21.** Direito de família: casamento; relações de parentesco; regime de bens entre os cônjuges; usufruto e administração dos bens de filhos menores; alimentos; bem de família; união estável; concubinato; tutela; curatela; **22.** Direito das sucessões: sucessão em geral; sucessão legítima; sucessão testamentária; inventário e partilha; **23.** Direito das relações de consumo (Lei Federal nº 8.078/1990): consumidor; fornecedor, produto e serviço; direitos básicos do consumidor; qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos; práticas comerciais; proteção contratual; **24.** Parcelamento do solo urbano (Lei Federal nº 6.766/1979); **25.** Registro de imóveis (Lei Federal nº 6.015/1973): noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação; procedimento de dúvida; **26.** Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003); **27.** Locação de imóveis urbanos (Lei Federal nº 8.245/1991): locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias,

penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial; **28.** Direitos autorais; **29.** Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990): disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** **1.** Jurisdição e ação: conceito, natureza e características; das condições da ação; **2.** Partes e procuradores: capacidade processual e postulatória; deveres e substituição das partes e procuradores; **3.** Litisconsórcio e assistência; **4.** Intervenção de terceiros: oposição, nomeação a autoria, denunciação a lide e chamamento ao processo; **5.** Ministério Público; **6.** Competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência; **7.** O juiz; **8.** Atos processuais: forma dos atos; prazos; comunicação dos atos; nulidades; **9.** Formação, suspensão e extinção do processo; **10.** Processo e procedimento; procedimentos ordinário e sumário; **11.** Procedimento ordinário: petição inicial; requisitos, pedido e indeferimento; **12.** Resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção; **13.** Revelia; **14.** Julgamento conforme o estado do processo; **15.** Provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal; **16.** Audiência: conciliação, instrução e julgamento; **17.** Sentença e coisa julgada; **18.** Liquidação e cumprimento da sentença; **19.** Recursos: disposições gerais; **20.** Processo de execução: execução em geral; diversas espécies de execução - execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e de não fazer; **21.** Execução de ações coletivas; **22.** Processo cautelar e medidas cautelares: disposições gerais; procedimentos cautelares específicos (arresto, seqüestro, busca e apreensão); exibição e produção antecipada de provas; **23.** Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa; **24.** Súmulas dos Tribunais Superiores; **25.** Lei Complementar nº 10/96 (Organização Judiciária do Estado do Tocantins); **26.** Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

1.1.1. Lêia-se:

1. NÍVEL SUPERIOR

[...]

1.4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

[...]

1.4.7. DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO CIVIL: **1.** Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro: vigência, aplicação, interpretação e integração das leis; conflito das leis no tempo; eficácia da lei no espaço; **2.** Pessoas naturais: existência; personalidade; capacidade; nome; estado; domicílio; direitos da personalidade; ausência; **3.** Pessoas jurídicas: constituição; extinção; domicílio; sociedades de fato, grupos despersonalizados, associações; sociedades, fundações; desconsideração da personalidade jurídica; responsabilidade. **4.** Bens: diferentes classes; **5.** Ato jurídico: fato e ato jurídico; **6.** Negócio jurídico: disposições gerais; classificação, interpretação; elementos; representação, condição; termo; encargo; defeitos do negócio jurídico; validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico; simulação; **7.** Atos jurídicos: lícitos e ilícitos; **8.** Prescrição e decadência; **9.** Prova; **10.** Obrigações: características; obrigações de dar; obrigações de fazer e de não fazer; obrigações alternativas; obrigações divisíveis e indivisíveis; obrigações solidárias; obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia; obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais; obrigações líquidas e ilíquidas; obrigações principais e acessórias; transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento das obrigações; **11.** Contratos: contratos em geral; disposições gerais; extinção; espécies de contratos regulados no Código Civil; **12.** Atos unilaterais; **13.** Títulos de crédito: disposições gerais; títulos ao portador, a ordem e nominativos; **14.** Responsabilidade civil; **15.** Preferências e privilégios creditórios; **16.** Empresário; **17.** Direito de empresa: estabelecimento; **18.** Posse; **19.** Direitos reais: propriedade; superfície; servidões; usufruto; uso; habitação; direito do

promitente comprador; **20.** Direitos reais de garantia; **21.** Direito de família: casamento; relações de parentesco; regime de bens entre os cônjuges; usufruto e administração dos bens de filhos menores; alimentos; bem de família; união estável; concubinato; tutela; curatela; **22.** Direito das sucessões: sucessão em geral; sucessão legítima; sucessão testamentária; inventário e partilha; **23.** Direito das relações de consumo (Lei Federal nº 8.078/1990): consumidor; fornecedor, produto e serviço; direitos básicos do consumidor; qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos; práticas comerciais; proteção contratual; **24.** Parcelamento do solo urbano (Lei Federal nº 6.766/1979); **25.** Registro de imóveis (Lei Federal nº 6.015/1973): noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação; procedimento de dúvida; **26.** Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003); **27.** Locação de imóveis urbanos (Lei Federal nº 8.245/1991): locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial; **28.** Direitos autorais; **29.** Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990): disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** **1.** Jurisdição e ação: conceito, natureza e características; das condições da ação; **2.** Partes e procuradores: capacidade processual e postulatória; deveres e substituição das partes e procuradores; **3.** Litisconsórcio e assistência; **4.** Intervenção de terceiros. ~~oposição, nomeação a autoria, denunciação a lide e chamamento ao processo;~~ **5.** Ministério Público; **6.** Competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência; **7.** O juiz; **8.** Atos processuais: forma dos atos; prazos; comunicação dos atos; nulidades; **9.** Formação, suspensão e extinção do processo; **10.** Processo e procedimento **comum**. ~~procedimentos ordinário e sumário;~~ **11.** Procedimento **ordinário comum**: petição inicial; requisitos, pedido e indeferimento; **12.** Resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção; **13.** Revelia; **14.** Julgamento conforme o estado do processo; **15.** Provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal; **16.** Audiências; ~~conciliação, instrução e julgamento;~~ **17.** Sentença e coisa julgada; **18.** Liquidação e cumprimento da sentença; **19.** Recursos: disposições gerais; **20.** Processo de execução: execução em geral; diversas espécies de execução - execução para entrega de coisa, execução das obrigações de fazer e de não fazer; **21.** Execução de ações coletivas; ~~22. Processo cautelar e medidas cautelares: disposições gerais; procedimentos cautelares específicos (arresto, seqüestro, busca e apreensão); exibição e produção antecipada de provas;~~ **23.** Procedimentos especiais: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública, ação de improbidade administrativa; **24.** Súmulas dos Tribunais Superiores; **25.** Lei Complementar nº 10/96 (Organização Judiciária do Estado do Tocantins); **26.** Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. O Edital 001/2016, de 06 de outubro de 2016, referente à **Procuradoria**, disponibilizado no endereço eletrônico www.copese.uft.edu.br, será atualizado com estas retificações incluídas.

2.2. Permanecem inalterados todos os demais itens, subitens e anexos do edital de abertura nº 001/2016 de 06 de outubro de 2016, do edital complementar nº 002/2016 de 09 de novembro de 2016 e do edital de reabertura de inscrição nº 003/2016 de 16 de dezembro de 2016.

Gurupi-TO, 14 de fevereiro de 2017.

Laurez da Rocha Moreira
Prefeito de Gurupi/TO